

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO NO CAPITALISMO DEPENDENTE

TATIANA BRETTAS WAEHNELDT¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a atuação do Estado no capitalismo dependente. Para tanto, resgatamos, por um lado, aspectos do desenvolvimento capitalista que produzem uma integração desigual e hierarquizada. Por outro, a importância da articulação entre capitalismo e “questão social” nos marcos da dependência para situar o debate sobre o Estado e suas possibilidades interventivas.

Palavras chave: Imperialismo. Dependência. Estado. “Questão social”. Direitos sociais.

RESUMEN

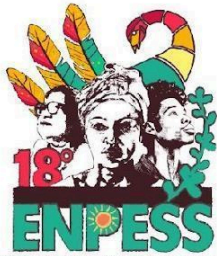
The aim of this article is to discuss the role of the State in dependent capitalism. To do so, we will first revisit aspects of capitalist development that lead to unequal and hierarchical integration. On the other hand, we will highlight the importance of the articulation between capitalism and the "social question" within the framework of dependency to situate the debate about the State and its interventionist possibilities.

Keywords: Imperialism. Dependency. State. "Social question". Social rights.

1 INTRODUÇÃO

A possibilidade de disputa entre as classes sociais por dentro do Estado no capitalismo dependente ainda é um assunto bastante controverso no campo do debate crítico. Mesmo partindo do pressuposto de que o Estado possui um caráter de classe, predominam as

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

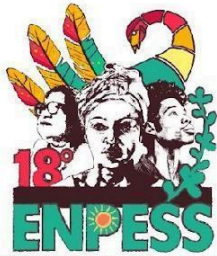
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expectativas de que sua ampliação tende a produzir uma expansão em seu potencial redistributivo. Isso porque as discussões, em geral, são profundamente perpassadas pela comparação com as disputas e respostas materializadas pelo Estado em alguns países europeus ocidentais no pós-Segunda Guerra Mundial. Florestan Fernandes ([1974] 1995, p. 142), entretanto, nos alerta que “se é preciso romper com o ‘modelo clássico’, isso é necessário para compreender-se o capitalismo da periferia e aonde ele conduz”. Essa recomendação parece ainda profundamente atual e provocativa, tendo em vista que são complexas as mediações necessárias para sustentar análises comparativas.

O perigo dessas comparações é que geralmente invisibilizam a existência de diferenças estruturais entre distintos grupos de países no que diz respeito à dinâmica de desenvolvimento das relações capitalistas. Essas diferenças não deveriam ser minimizadas, dado que produzem e reproduzem continuamente desigualdades assentadas sob uma integração no mercado mundial marcada pela hierarquização e subordinação. Ao serem descartadas, possibilitam que o desenvolvimento capitalista seja tomado idealisticamente como um movimento linear, o qual tem na realidade vivida pelos países mais ricos, o ponto de chegada para todos os demais.

Desse modo, as desigualdades passam a ser entendidas como fruto da ausência ou de insuficiências no capitalismo. Afinal, se todos os países possuem o mesmo ponto de chegada, ou seja, caminham para a mesma direção, o que os diferencia é o grau de desenvolvimento capitalista acumulado ao longo do tempo. É como se a industrialização e a modernização tecnológica fossem um elemento propulsor e dinâmico capaz de produzir a generalização da qualidade de vida para a classe trabalhadora. E assim, contornar a ideia da “distorção”, da “falta”, da “incompletude” como caminho para a caracterização do que seria a particularidade no contexto da dependência torna-se um movimento ainda em construção.

Se o aprofundamento das relações capitalistas supostamente possibilita uma ampliação da capacidade redistributiva do Estado, tenderá a haver uma expansão das políticas sociais capaz de anteder às demandas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Não à toa, é possível perceber que as abordagens hegemônicas apresentam, de maneira mais ou menos explícita, a universalização de direitos sociais como sendo algo não apenas possível de ser generalizado no contexto das relações capitalistas, mas esperado. É como se todos os países pudessem, em algum momento no futuro, assumir as condições necessárias para desfrutar de uma melhor distribuição de renda – fruto do crescimento econômico e da modernização capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

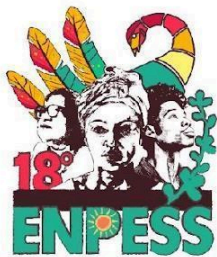
Por esse caminho, as supostas “faltas” seriam uma particularidade da dependência. Algo como um fato isolado, uma “má formação” em uma estrutura que caminha para a generalização da cobertura. De uma maneira por vezes discreta e quem sabe até não intencional, o debate crítico segue reatualizando a compreensão de que seria perfeitamente possível produzir os antídotos para resolver as desigualdades sociais no interior do próprio capitalismo. Os países e regiões dependentes em que esta suposta tendência não se materializa configurariam como desvios de rota. E mais do que isso, uma eventual reintegração à rota, possibilitaria a ruptura com a dependência – vista não como um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista na periferia do mercado mundial, mas como uma deformação a ser superada.

Como forma de buscar um distanciamento dessas abordagens, o objetivo deste artigo é discutir a particularidade da atuação do Estado no capitalismo dependente. Para tanto, buscamos resgatar elementos para pensar as bases constitutivas da produção e reprodução das desigualdades sociais no capitalismo e de que maneira estas desigualdades estabelecem condições bastantes distintas para a atuação do Estado dependente. O fundamental parece ser problematizar o horizonte da luta por direitos tendo em vista a necessidade de construirmos novas sínteses sobre a particularidade da formação social brasileira. É preciso evitar que as análises sejam pautadas por dinâmicas substantivamente distintas.

2 Desenvolvimento capitalista e integração desigual

O debate sobre as desigualdades entre os países capitalistas ganha forma durante os anos 1950 e 1960 nos termos da discussão sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Mesmo análises de esquerda, incluindo correntes reformistas influenciadas pelo marxismo, eram sustentadas por uma abordagem que explicava as diferenças entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de uma maneira isolada. Como denuncia Osorio (2016, p. 497, grifos nossos), “o desenvolvimento é [entendido como] o resultado de *esforços e capacidades internas* alcançadas por capitais e nações, e a *ausência ou debilidade de esforços e capacidades* é o que explica, por sua vez, o subdesenvolvimento dos demais”. Para o autor, essas abordagens ainda permeiam algumas interpretações marxistas e contribuem para dar vitalidade às teses de que o capitalismo na América Latina seria tardiamente “jovem” ou avançadamente “atrasado”.

A explicação das profundas desigualdades sociais no continente latino-americano por estas bases produz, como horizonte de resposta, a expectativa em relação ao “amadurecimento” das relações capitalistas. O chamado capitalismo “desenvolvido” seria a referência de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

maturidade a ser alcançada por todas as “jovens” formações econômico-sociais, que se caracterizariam pela “falta” de desenvolvimento. Em outras palavras, o aprofundamento das relações capitalistas seria o caminho para resolver as desigualdades.

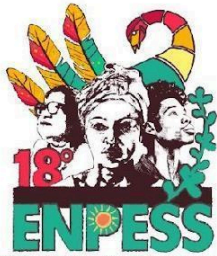
As raízes desse debate estão fincadas na teoria do desenvolvimento que a Cepal contribuiu para difundir no continente. Marini ([1994] 2010, p.105) sintetiza a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento elaborada por essa teoria, que ele buscava combater:

O subdesenvolvimento seria, portanto, uma situação anterior ao desenvolvimento econômico pleno (quando já houvesse sido completado o desdobramento setorial), existindo entre os dois momentos a chamada decolagem (take off, para empregar a linguagem em voga na época), na qual a economia em questão já reuniria as condições para iniciar um desenvolvimento autossustentável.

Esse é o pano de fundo sobre o qual o debate da dependência ganha força nos anos 1950 e 1960. Identificada hegemonicamente como algo externo, funcionaria como um impedimento para a passagem de um desenvolvimento “para fora” para um desenvolvimento “para dentro”. Aí reside um dos pontos centrais de fundamentação para a suposta insuficiência do capitalismo latino-americano. A ruptura com a dependência *externa* possibilitaria superar as “ausências” e “incompletudes”. Caberia ao Estado organizar e direcionar as ações por meio de uma atuação ativa, produzindo um capitalismo em que a formação do mercado interno e a distribuição de renda poderiam, enfim, desabrochar, promovendo a superação do subdesenvolvimento. Está aí apresentada uma fórmula para enfrentar os principais problemas dos países subdesenvolvidos na qual o capitalismo seria a solução – e não sua base constitutiva – e o Estado, o grande promotor do bem-estar social.

Por um outro caminho, nos anos 1960 e 1970 frutificará todo um conjunto de militantes e acadêmicos que, atuando em organizações políticas e/ou nas universidades, buscará refutar essa abordagem e apresentar uma discussão voltada para a compreensão da dependência por bases marxistas revolucionárias.

Cada um à sua maneira, Florestan Fernandes ([1972] 1975; [1975] 2005), Octavio Ianni ([1971] 2009; 1974), Ruy Mauro Marini ([1973] 2022; [1969] 2013; [1966] 2013), Vânia Bambirra ([1972] 2015), Theotônio dos Santos ([1978] 2011; [1972] 2021), dentre outros, construirão alicerces sólidos para uma crítica a esse pensamento desenvolvimentista e terão, na disputa pela compreensão da dependência, uma de suas frentes de batalha. Certamente, a efervescência política na América Latina neste período – em que podemos destacar a revolução cubana em 1959, a resolução dos conflitos no Brasil via a ditadura empresarial militar em 1964 e a chegada da Unidade Popular ao governo via ascensão de Salvador Allende à



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

presidência do Chile em 1970 – fará parte do caldo cultural e político que sustenta essas elaborações.

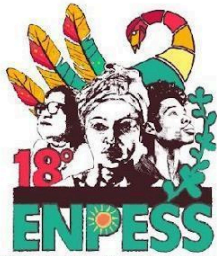
O que todos esses autores possuem em comum é a análise de que o capitalismo dependente não deve ser caracterizado como “jovem” ou “insuficiente”, mas sim como uma forma particular de desenvolvimento. Ao ressaltarem que o período colonial assentou bases muito desiguais entre colônias e metrópoles, destacam a atualização e revigoramento dessas bases por meio da divisão internacional do trabalho e da constituição das relações capitalistas sob os ditames da dependência, trazendo novas e complexas determinações.

Para Marini ([1973] 2022, p. 171), a dependência se expressa por meio de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Para o autor, ainda que existam elementos de continuidade com o período colonial, a situação de dependência implica em alterações qualitativas que se consolidam a partir de 1840, quando o surgimento da grande indústria conferiu à divisão internacional do trabalho bases mais sólidas. E o mais importante: essas relações se ampliam de forma a perpetuar as relações de dependência.

Na mesma direção, Jaime Osorio (2016, p.499, grifo nosso) aponta que o capitalismo viabilizou “processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram *pontos de partida radicalmente diferentes* entre as economias que se interrelacionam e que participam da divisão internacional do trabalho”. Estes pontos de partida distintos não produzem uma linha de continuidade em que os países se distinguem uns dos outros por um suposto grau de desenvolvimento, o qual tenderia a evoluir e ampliar a distribuição de renda. Pelo contrário, tendem a alimentar as distâncias entre um polo e o outro.

Sendo assim, o resgate dos elementos que contribuem para situar, nas relações internacionais, a produção e reprodução das desigualdades entre países e regiões é parte fundamental dessa abordagem marxista. A articulação entre as determinações internas e externas é o que possibilita escapar da tendência apontada por Osorio (2016, 497) de analisar a realidade de um país em particular partindo dos seus “esforços e capacidades internas”. O desafio em considerar as dimensões externa e interna do desenvolvimento capitalista em uma formação econômico-social implica em dar ênfase às relações estabelecidas em torno da sua respectiva inserção no mercado mundial.

É por esta razão que parte importante da compreensão de dependência partilhada pelos autores mencionados é situada no contexto da expansão do capitalismo trazida pela era



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

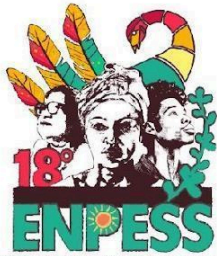
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

imperialista. Como já sinalizava Ianni, “o conceito de dependência não é aplicado sempre no mesmo sentido. Por isso é que enquanto uns falam em ‘obstáculos externos’ ou ‘injusta divisão internacional do trabalho’, outros pensam em termos de ‘imperialismo’ ou ‘dependência estrutural’” (Ianni, 1974, p. 115). O mesmo autor destaca que “a noção de dependência não substitui a de imperialismo; ao contrário, uma se desdobra na outra, integrando-se ambas tanto empírica quanto teoricamente” (Ianni, 1974, p. 116). A questão central passa por entender de que maneira as influências externas se internalizam e como a dinâmica interna contribui para alinhar as bases em que se estabelecem as relações externas.

O imperialismo fortalece a tendência, engendrada séculos antes, de produzir e reproduzir as desigualdades entre países e regiões. As relações comerciais se aprofundam, abrindo espaço para alterações nos mecanismos de produção e apropriação da riqueza. Como analisa Lenin ([1917] 2012), a exportação de mercadorias que caracterizou o período analisado por Marx e Engels não deixa de estar presente, mas é a exportação de capitais que marca este novo momento. O impulso para a exportação de capitais está articulado ao avanço na concentração e centralização de capital que possibilitou a constituição dos monopólios e a formação do capital financeiro. Marini ([1969] 2013, p. 53) destaca o caráter integrador – subordinado e hierarquizado – do imperialismo e afirma que este estágio “consolida definitivamente a integração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção compreendidos em seu raio de ação”.

Ao representar o momento de generalização das relações capitalistas, o imperialismo comporta um grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que estabelecem um novo patamar de disputas geopolíticas e de integração hierarquizada entre os países. Sua expansão representa uma intensificação das contradições, as quais se manifestam em um aumento do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista (Dos Santos, [1978] 2011). O uso da força e da violência são um componente estratégico dessas disputas e assumem diversos formatos, desde a subordinação e docilização de nações oprimidas a intensos conflitos bélicos, com forte arsenal destrutivo.

Este novo patamar de integração não é algo que perpassa apenas as relações externas. Ao contrário. *A expansão capitalista ganha materialidade ao se internalizar em cada formação econômico-social específica.* Ao fazer isso, contribui para reforçar e alimentar as distâncias entre as nações, a depender do lugar que cada uma assume nas interações construídas no âmbito do mercado mundial. Em cada ponto do planeta, as bases desse novo patamar de integração vão reorientar os processos produtivos e propiciar uma dinâmica interna de concentração e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

centralização da riqueza que produzirá fluxos de transferência de valor, direcionando riquezas produzidas de uns pontos para outros.

É neste sentido que a dependência não deve ser tratada como algo externo. Está entranhada nas relações internas de produção e, portanto, nas condições que possibilitam uma forma própria de exploração da força de trabalho. Sua caracterização precisa ser feita a partir da constatação de que as economias dependentes produzem uma riqueza que é apropriada no exterior, criando uma dinâmica produtora de desigualdades no interior desses países – sobre a qual se ergue a estrutura produtiva, econômica, social e cultural – em consonância com as exigências externas. Ao mesmo tempo, devido ao fato de não reterem grande parte da riqueza que produzem, tendem a intensificar as desigualdades regionais e locais, ao mesmo tempo em que possibilitam ações redistributivas no outro polo.

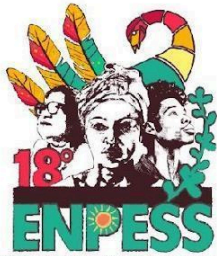
A superexploração é uma forma de compensar essa sangria de recursos remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor e comprometendo as condições para repor o seu desgaste. Afeta-se, dessa maneira, o fundo de consumo e o fundo de vida da classe trabalhadora², que acaba por não se consolidar como uma dimensão essencial da realização do valor nos países dependentes. Considerando as exigências da circulação capitalista e as demandas externas, as condições de consumo nesses países alimentam o acirramento das contradições próprias ao ciclo do capital, o que tende a reproduzir a dependência em escala ampliada³.

A forma, portanto, como as relações de subordinação se internalizam nos países dependentes possui implicações para a classe trabalhadora, que vai experimentar, juntamente à superexploração da força de trabalho, uma articulação particular com o racismo e o patriarcado, mediada pela violência e pela expropriação. Lelia Gonzales (2020, p. 145), ao tratar da situação da mulher negra trabalhadora na região marcada pelo que caracteriza como sendo um capitalismo patriarcal-racista dependente, ressalta que “dentro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada”.

Mas não é apenas a classe trabalhadora que precisa lidar com as determinações decorrentes de uma inserção subordinada no mercado mundial e sua complexa rede de desdobramentos. Também para a burguesia haverá implicações, tendo em vista a sua condição

² O fundo de consumo e fundo de vida são categorias relacionadas às violações decorrentes da superexploração da força de trabalho, as quais afetam a capacidade de consumo diário e aceleram o desgaste físico e mental dos(as) trabalhadores(as). Sobre o assunto, ver Osorio (2013).

³ Para uma maior caracterização dos três elementos que compõem a dependência, a saber, a transferência de valor, a superexploração da força de trabalho e o acirramento das contradições próprias do ciclo do capital, ver Marini ([1973] 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

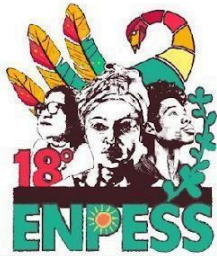
de classe dominante-dominada, para usar os termos da Vania Bambirra ([1972] 2015, p.145). Para a autora, a submissão política da classe dominante não é fruto de uma fraqueza, mas sim da ausência de alternativas, dada a correlação de forças diante dos interesses imperialistas: “as classes dominantes nacionais aceitam essa situação em nome da preservação do sistema”. Na mesma direção, Ianni (1974, p. 128) afirma que, embora a classe dominante no capitalismo dependente *pareça* “ambígua, ideologicamente descaracterizada, incapaz de formular projetos próprios”, sua atuação está voltada para preservar seus interesses enquanto classe. As contradições entre o interno e o externo perpassam as relações no bloco dominante e fazem com que a burguesia não possa prescindir de uma vinculação com os centros de decisão externos, nem de alianças com as antigas classes dominantes, como a aristocracia fundiária. No limite, ela torna-se beneficiária da própria dependência, como aponta Ianni (1974).

Neste sentido, as análises dos autores dependentistas mencionados refutam qualquer possibilidade de aliança estratégica entre a classe trabalhadora e a burguesia nos países de capitalismo dependente como caminho para a democratização das relações capitalistas. Ao mesmo tempo, contestam a perspectiva de que o Estado poderia conduzir as mudanças necessárias para a superação das desigualdades. Pelo contrário, o caráter de classe do Estado tende a conduzi-lo para a garantia dos interesses da burguesia internacional, tendo em vista que, em geral “os interesses dominantes no sistema tendem a ser aqueles do país dominante” (Ianni, 1974, p. 148).

Em resumo, o que sintetiza o caráter revolucionário dessa abordagem é a compreensão de que a ruptura com a dependência pressupõe a contestação do próprio modo de produção. A tendência é de intensificação das contradições no seio das quais se gestam as possibilidades de construção da revolução, como indica Marini (1991, s/p, tradução nossa):

A dependência, para nós, nunca se reduziu a uma relação de subordinação política entre nações capitalistas. Ela sempre foi entendida como uma forma peculiar de capitalismo, que surge na base da expansão mundial de um sistema que configura diversas formas de exploração. O capitalismo dependente sempre nos pareceu uma forma de capitalismo na qual, dadas as relações de classe que se estabelecem – baseadas na superexploração do trabalho –, as contradições se tornam mais agudas, configurando-se como o “elo mais fraco” do sistema. É por isso que, quanto mais desenvolvimento capitalista dependente, mais contradições sociais e, portanto, maiores possibilidades de revolução proletária. Tratam-se de possibilidades virtuais, apenas atualizáveis mediante o avanço da teoria e da prática revolucionárias.

Não se trata, portanto, de uma versão incompleta do capitalismo, mas uma forma particular, com características próprias e que não tende a reproduzir os mesmos movimentos que os países do centro imperialista do sistema. Isto porque a generalização das relações capitalistas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e o seu aprofundamento não tendem a produzir uma situação que aponte para um maior acesso à riqueza socialmente produzida para todos os países do globo, muito menos para todas as classes, povos, raças e gêneros.

Os momentos históricos em que setores da classe trabalhadora de uns países conseguiram acessar parcelas maiores dessa riqueza sob a forma de direitos sociais mais amplos decorreram, dentre outros fatores, da capacidade de expropriação de riquezas de outros países – nos quais a classe trabalhadora tenderá a não conseguir o mesmo acesso. O movimento geral é de concentração de riquezas socialmente produzidas, e não de redistribuição generalizada. Daí que a teoria e a prática revolucionárias construídas no bojo dessas contradições é que têm o potencial de engendrar a superação desse estado de coisas.

O Estado no capitalismo dependente e o padrão de intervenção na “questão social”

A antiga controvérsia sobre o caráter da dependência e o sentido do desenvolvimento das relações capitalistas parece ter importantes desdobramentos no que diz respeito ao “estado da arte” do debate sobre o potencial redistributivo do Estado. A perspectiva hegemônica, ao pressupor que os países capitalistas tendem a percorrer uma mesma trajetória, avalia que as diferenças se apresentam em torno da “quantidade” de desenvolvimento, e não da “qualidade” distinta de seus processos históricos. Ao fazer isso, alimenta expectativas de que também a configuração do Estado tende a uma aproximação gradual em relação ao que foi alcançado nos países do centro. Especialmente ao tratar da particularidade de um país dependente, esse debate hiperdimensiona o potencial redistributivo do Estado, como se a ampliação das políticas sociais e a redução das desigualdades fosse apenas uma questão de tempo e de aprimoramento do desenvolvimento capitalista.

No entanto, a emergência do Estado de bem-estar social está longe de funcionar como um “modelo a ser seguido”. Ao contrário, precisa ser contextualizada à luz de disputas geopolíticas fruto da expansão imperialista por um lado e, por outro, das lutas da classe trabalhadora que possibilitaram a construção das experiências socialistas. Diante da bipolaridade produzida pela chamada Guerra Fria, o eixo capitalista precisou apresentar alternativas para enfrentar a ameaça, real e concreta, do socialismo. Sua capacidade redistributiva, materializada na ampliação de direitos, representou uma concessão que a grande burguesia de alguns países precisou fazer. Acuada pelo aprofundamento das desigualdades sociais, era necessário ceder para evitar contestações mais radicais diante da intensificação dos

conflitos que desaguarão na Segunda Guerra Mundial.

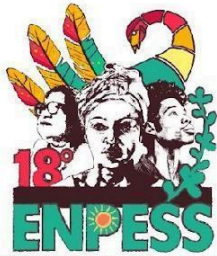
Por mais que seja possível reconhecer, como fruto da luta da classe trabalhadora, a conquista de direitos nos países europeus que desfrutaram do Estado de bem-estar social, não se pode perder de vista que a viabilidade histórica deste padrão de resposta esteve assentada na capacidade de apropriação, tida por esses países, de riquezas produzidas em diversas partes do globo. Como sintetiza Osorio (2016, p. 509):

Definitivamente, capitais e Estados de economias desenvolvidas exploram os trabalhadores das economias dependentes com o consentimento de Estados e classes dominantes dessas últimas. E o conjunto dessas transferências de valor, por meio de diversos procedimentos, potencializam o desenvolvimento de algumas economias e debilitam o desenvolvimento de outras.

Para que uma parte do globo pudesse desfrutar dessas conquistas, outras regiões e povos precisavam ter sua riqueza apropriada. Sendo assim, as possibilidades redistributivas por meio da expansão de políticas sociais no capitalismo dependente precisam ser compreendidas tendo como pano de fundo as colossais transferências de valor direcionadas aos países do centro imperialista. Trata-se de dar destaque ao movimento mais geral que sustenta a reprodução contínua das desigualdades entre os países capitalistas.

O Estado sob condições de dependência não dispõe das mesmas condições em relação aos países do centro para mediar os conflitos entre as classes sociais. Usualmente, a reflexão sobre as possibilidades redistributivas do Estado, ao assumir um caráter excessivamente genérico, não faz distinção entre os países que estão se apropriando de riquezas produzidas para além de seus territórios e os que, ao não conseguirem reter toda a riqueza que produzem, lançam mão, por exemplo, de mecanismos de compensação como a superexploração, aprofundando as desigualdades. Afinal, a distribuição da renda e da riqueza não depende apenas dos “esforços e capacidades internas”, mas também das disputas em torno da produção e apropriação dos valores gerados no plano internacional. Estas disputas envolvem não apenas os contraditórios interesses das classes sociais fundamentais, como também a forma como cada país se insere no mercado mundial e as relações que se desdobram, externa e internamente, deste posicionamento.

Em outras palavras, certas análises comparativas, quando não encontram as devidas mediações – especialmente envolvendo comparações entre realidades que, além de possuírem distintos pontos de partida, se desdobram em pontos de chegada substantivamente distantes uns dos outros –, podem servir para legitimar alternativas por dentro do capitalismo. A fundamentação teórica construída sob a perspectiva da dependência precisa dar condições para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

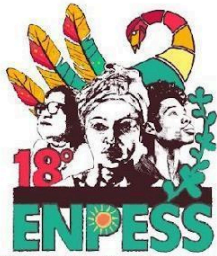
virar a chave e voltar a atenção para a forma particular de desenvolvimento das relações capitalistas. Nesse sentido, é preciso questionar o fato de comparações entre países com trajetórias distintas pautarem sistematicamente o debate sobre o Estado e refletir sobre a particularidade da formação social brasileira e as lutas da classe trabalhadora pela apropriação da riqueza produzida.

Um aspecto a ser destacado que contribui para caracterizar o Estado dependente é um acentuado caráter interventivo. Podemos dizer que, nas crises inerentes ao modo de produção capitalista, o Estado é chamado a intervir de forma mais ativa para conter seus efeitos. Esta formulação serve tanto para os países dominantes como para os dependentes. A diferença é que, nos elos mais fracos da cadeia imperialista, muitas destas crises tendem a vir de fora e a assumir grandes proporções internamente, o que demanda uma atuação mais ofensiva para dirimir seus desdobramentos. Quanto maior o nível de dependência, mais suscetível está um país a crises de longo alcance. “Em consequência, o Estado se insere cada vez mais no centro do sistema econômico, isto é, desenvolve-se mais e mais um dos seus conteúdos essenciais, como expressão e síntese do regime político-econômico” (Ianni, [1971] 2009, p. 283).

Essas problematizações são pertinentes tendo em vista que a consolidação das relações capitalistas marcada pela dependência produz determinações novas, que precisam receber o devido tratamento para evitar que sejam desconsideradas. No Brasil, por exemplo, país em que a escravidão foi mais longa e consistente no mundo, não é tarefa simples compreender o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. A necessária articulação entre classe-raça-gênero que sustenta, de forma bastante peculiar, a emergência das relações entre capital e trabalho no Brasil, não caberá em nenhum modelo ou tipologia que tenha por base as experiências da Europa (ou qualquer outro continente).

É o debate sobre a transição para o capitalismo dependente e a emergência da “questão social”⁴ que deve dar suporte e sustentação para as discussões acerca da particularidade do Estado. A “questão social”, por ser indissociável do modo de produção capitalista, está assentada na articulação de um triplo vetor: (1) a interação entre capital e trabalho considerando as relações de exploração-expropriação-opressão que daí se desdobram; (2) os processos de

⁴ O debate sobre a “questão social” ganha força no Serviço Social no bojo do processo de elaboração e implementação das *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social* aprovadas em 1996. Este documento estabeleceu a “questão social” como eixo estruturante da formação profissional e contribuiu para estimular atividades no sentido de adensar o significado desta definição (ver Boschetti, 2021). Do VII ENPESS, realizado no final do ano 2000 na Universidade de Brasília (UnB) com o tema *O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania*, se desdobra, no ano seguinte, a publicação da *Temporalis* número 3, com a transcrição de quatro palestras do Encontro. Vinte anos depois (em 2021), buscando celebrar e alimentar as elaborações sobre o tema, foi publicada a *Temporalis* número 42 com o tema *Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS*.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

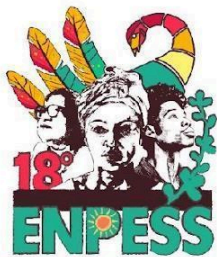
luta e resistência contra as bases em que as desigualdades são produzidas; (3) o Estado (Iamamoto, 2001; Netto, 2001). Assim, o Estado atua sobre as tensões existentes entre as classes sociais e contribui para estabelecer um determinado padrão de intervenção que pode agravar ou atenuar, mas de forma alguma, superar a “questão social”.

O padrão de intervenção na “questão social” em um determinado momento histórico se constitui por meio das contradições que lhe são inerentes e da forma como são resolvidas – usualmente produzindo uma combinação entre mecanismos coercitivos e a construção de consensos em torno da legitimidade da dominação burguesa. Pode assumir contornos mais ou menos expansivos mas, sob os marcos da dependência, terá sempre um caráter focalizado, fragmentado e violento.

O interessante a ser destacado é que a atuação do Estado não se limita ao âmbito das assim chamadas expressões da “questão social”. É bem verdade que não podemos perder de vista que parte da estrutura burocrática do Estado vai paulatinamente se organizando para atuar sobre as mazelas produzidas pelas relações capitalistas como a fome, a pobreza, miséria e a falta de acesso ao mínimo necessário para a garantia de reprodução da vida material. Sua interferência no campo das expressões da “questão social” pode ser identificada na política de enfrentamento à pobreza ou na garantia (ou não) de direitos fundamentais como alimentação, educação, saúde e moradia.

Sua atuação, todavia, também pode ser verificada nos elementos constitutivos da “questão social”, ou seja, na relação entre capital e trabalho de maneira mais direta. Isso pode se dar tanto fazendo uso de sua dimensão coercitiva, como dos mecanismos criados para a construção de consensos. Em relação à dimensão coercitiva, Marx ([1867] 2017) já apontava para o uso da violência como uma potência econômica a serviço das classes dominantes. O debate sobre a dependência, até por ter ganhado corpo em um contexto de ditaduras em diversos países da América Latina, vai abordar bastante essa dimensão.

Por exemplo, para Florestan Fernandes ([1981] 2007), o golpe empresarial-militar de 1964 representou uma contrarrevolução que buscava enfrentar a possibilidade de avanço das conquistas – por mais limitadas que fossem – democrático-burguesas, portanto, “dentro da ordem” e as possibilidades abertas no sentido de uma revolução “contra a ordem” (Fernandes, [1981] 2007), que inspiravam alguns segmentos da esquerda brasileira. Ianni ([1981] 2019, p. 83) argumenta no mesmo sentido e destaca três traços marcantes da “economia política da ditadura”: 1) a importância do planejamento estatal viabilizando o “desenvolvimento” de modo a garantir as exigências da acumulação monopolista. Para ele, este planejamento transforma se em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

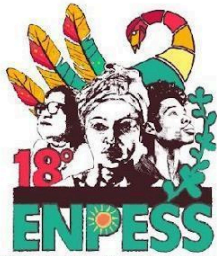
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma importante força produtiva e expressa dois significados fundamentais: permite a transformação de mais-valia potencial em efetiva, via um crescente domínio do capital sobre o trabalho e funciona como “uma esfera privilegiada das articulações e metamorfoses entre a economia política do capital monopolista e a economia política da ditadura” (Lanni, [1981] 2019, p.58); 2) a violência estatal torna-se também uma força produtiva a serviço do capital, dada sua capacidade de controlar a classe trabalhadora e dirimir as possibilidades de resistência à ampliação das taxas de extração da mais-valia que, em outras condições, seriam praticamente inviáveis; 3) a subalternização do Estado ao capital financeiro sob o predomínio dos interesses imperialistas. O destaque desses autores ilustra a atuação do Estado nos fundamentos da “questão social” e não apenas nas expressões, com implicações substantivas sobre um novo patamar de relação entre o capital e o trabalho que se ergue a partir daí.

A violência concentrada e operada pelo Estado possibilita o aprofundamento das relações capitalistas de diversas maneiras, atuando na contenção das lutas protagonizadas pela classe trabalhadora e na capacidade de extração de mais-valia. A intensidade no uso da violência pode variar a depender do momento histórico, mas está sempre presente em suas diversas dimensões, mesmo nas chamadas democracias formais. Embora não seja uma particularidade do capitalismo dependente, assume contornos mais intensos, dadas as condições estruturalmente mais desiguais que marcam a região. Isso quer dizer que é possível situar a violência e o controle estatal no âmbito da atuação sobre os fundamentos da “questão social” e, portanto, compondo um padrão de intervenção que vai muito além de uma atuação restrita às suas expressões.

O uso da força, entretanto, não é suficiente para garantir as condições de acumulação capitalista. Uma atuação no campo da disseminação de consensos em busca da construção de hegemonia também compõe a atuação do Estado dependente sobre a “questão social”. Especialmente no campo trabalhista, é possível, por exemplo, interferir no preço da mercadoria força de trabalho. A política de salário-mínimo e a definição de uma jornada de trabalho máxima são formas de, em interferindo na remuneração do trabalho necessário e no tempo de trabalho excedente, estabelecer um patamar para a extração de mais-valia. Ao mesmo tempo, definições sobre a organização sindical têm desdobramentos diretos sobre as possibilidades de construção da luta, com implicações sobre as disputas em torno da apropriação do excedente produzido.

Não pretendemos esgotar uma avaliação de todas as possibilidades de atuação do Estado. O importante aqui é destacar que um padrão de intervenção na “questão social” combina uma atuação não apenas nas suas expressões mais imediatas, mas também nos seus



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

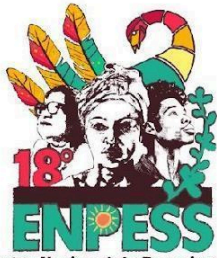
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

componentes constitutivos. Ao mesmo tempo, comporta uma articulação dialética entre coerção e consenso, não dando margem a aproximações mistificadas que apontem o Estado como o promotor do bem-estar coletivo. A garantia das condições gerais para a acumulação capitalista passa pelo uso da força em combinação com algumas concessões e não pressupõe uma tendência evolutiva em que a ampliação de direitos é um componente essencial. Além disso, a análise precisa se sustentar em processos históricos específicos, que não são passíveis de generalizações. É necessário todo um cuidado para apreender as particularidades no padrão de intervenção do Estado na “questão social” no capitalismo dependente, especialmente no que diz respeito às possibilidades redistributivas por meio das políticas sociais. Se o foco é uma determinada formação econômico-social, é ainda mais indispensável um resgate da processualidade histórica sobre a qual se assenta a formação da classe trabalhadora e suas formas de luta, sem perder de vista as determinações que apontam sua inserção no mercado mundial.

No caso brasileiro, os esforços feitos no sentido de problematizar e adensar essas discussões estão crescendo e ganhando repercussão. A preocupação em entender as particularidades na constituição do capitalismo no Brasil propicia um retorno às mudanças vivenciadas em meados do século 19 e como seus desdobramentos implicaram na constituição da relação entre capital e trabalho e na formação das classes sociais fundamentais (Hardman; Leonardi, 1982; Castelo, 2021; Souza; Teles, 2021). No esforço de compreender o significado da transição para o capitalismo em meio à escravidão, Marcelo Badaró Mattos (2008) destaca como a relação entre trabalhadores escravizados e livres foi fundamental para a formação da classe trabalhadora e seus processos de luta e resistência. Esses são alguns dos aspectos da realidade brasileira que por vezes ficam invisibilizados quando as bases explicativas giram em torno de transições para o capitalismo que percorreram caminhos muito distintos do nosso.

Do mesmo modo, é preciso resgatar a relação intrínseca entre momentos em que vivenciamos expansões significativas no campo dos direitos sociais e restrições de direitos políticos ou de derrotas importantes para a classe trabalhadora. A construção da política trabalhista no Estado Novo (1937-45), a expansão do sistema previdenciário na ditadura empresarial-militar (1964-85), ou a implementação um Sistema Único de Saúde (SUS) em pleno contexto neoliberal, são alguns exemplos pontuais de como a coerção e a busca de consensos se entrelaçam na formação social brasileira. Mais do que isso, esses exemplos mostram como as políticas sociais se expandiram nos contextos em que a concentração da riqueza mais se intensificou, dado o aprofundamento das relações capitalistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

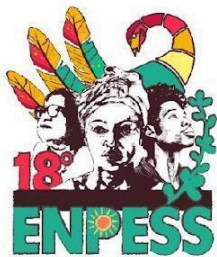
A complexa atuação do Estado e as mistificações dela decorrentes nos exigem um mergulho sobre os pilares que sustentam a expansão capitalista e suas implicações sobre uma formação econômico-social em particular. Uma apreensão assentada na processualidade histórica – dinâmica e contraditória –, mostra que existem ainda muitas lacunas a serem desveladas por meio de um esforço, necessariamente coletivo e diverso, de construir novas sínteses sobre a realidade brasileira.

4 Considerações finais

O fundamental da perspectiva apresentada buscou, partindo da articulação entre economia e política, integrar o debate do Estado à particularidade do capitalismo dependente. Escapar da expectativa em torno da tendência à ampliação de direitos e redução da desigualdade não é uma tarefa simples e requer um cuidado constante em manter o foco nos mecanismos de produção e apropriação da riqueza, mesmo quando se busca compreender a atuação do Estado. Significa pensar os direitos e as políticas sociais de maneira integrada ao debate da “questão social” e seus elementos constitutivos. Se as disparidades na apropriação da riqueza produzida estão entranhadas no núcleo central das relações capitalistas – ou seja, na “questão social” –, não estará no aprofundamento dessas relações a possibilidade de sua superação.

Recuperar a trajetória das lutas da classe trabalhadora e da dinâmica produtiva pautada na superexploração da força de trabalho é parte fundamental da composição de um cenário em que as disputas pelo excedente produzido são ainda mais intensas. Além disso, é preciso ter em mente que processo de concentração da riqueza dele decorrente acaba por potencializar os conflitos entre as classes sociais, que tendem a ser respondidos com a criminalização das resistências populares.

Isso não significa que as pautas democráticas devam ser descartadas. A luta pelo enfrentamento dos problemas estruturais do país pode e deve incorporar uma agenda voltada à ampliação de direitos sociais. A questão central está no horizonte da luta. A ruptura com as bases que estruturam a dependência e produzem a “questão social” na região somente se dará por meio da superação das relações capitalistas, o que significa – ao menos em parte – desmistificar as expectativas em relação ao potencial redistributivo das políticas sociais.



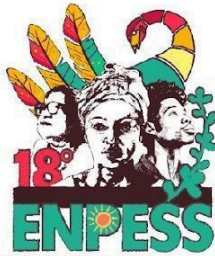
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

- BAMBIRRA, Vania. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, [1972] 2015.
- BOSCHETTI, Ivanete. Entrevista com Ivanete Salette Boschetti. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n.42, p.206-212, jul./dez. 2021.
- CASTELO, Rodrigo. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n.42, p.94-109, jul./dez. 2021.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da "Nova República"*. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2021.
- DOS SANTOS, Theotônio. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, [1978] 2011. Colección Claves Políticas de América, nº5.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. In: PRADO JR. Caio; FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2007.
- FERNANDES, Florestan. As contradições do capitalismo dependente. In: FERNANDES, Florestan. *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, [1974] 1995. p. 123-144.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1975.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, [1975] 2005.
- GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p.139-150.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n.3, p.9-32, 2001.
- IANNI, OCTÁVIO. *Ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2019.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1974.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, [1971] 2009.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, [1917] 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2013. p. 47-71.
- MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2013. p. 73-161.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Dialética da dependência e outros escritos*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2022. p. 167-216.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, [1994] 2010. p. 103-118.

MARINI, Ruy Mauro. Informe Internacional. MIR Comitê Central. Ago, 1991. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=2894>. Acesso em 20 jun de 2024.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, n.3, p.41-49, 2001.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013. p. 49-70.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. *Direito & Práxis*, vol. 07, nº. 13, p. 494-539, 2016.

SOUZA, Cristiane Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico estrutural da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n.42, p.44-61, jul./dez. 2021.